

A INTERFERÊNCIA NORTE-AMERICANA NA POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA: O CASO DO JORNAL 'A NOITE'*

Pedro Henrique R. Magri**

Resumo: : o presente artigo pretende construir novos argumentos que reforçam as teses amplamente difundidas por Renè Dreifuss e Carlos Fico sobre a fundamental participação norte-americana na preparação do cenário político brasileiro nos anos que antecederam o golpe militar de 1964. Para tal tarefa, analisaremos diversas reportagens e colunas presentes no vespertino carioca A Noite, mostrando através desse jornal como a imprensa carioca, por meio do IBAD, manipulou a opinião pública brasileira em prol dos interesses norte-americanos.

Palavras-chave: IBAD. Imprensa. A Noite. Golpe de 1964. Estados Unidos.

THE AMERICAN INTERFERENCE IN BRAZIL'S DOMESTIC POLICY: THE CASE OF THE NEWSPAPER A NOITE.

Abstract: *the present article aims at developing new arguments which reinforce the theses widely disseminated by Renè Dreifuss and Carlos Fico, about the fundamental North American participation in the preparation of the Brazilian political scenario in the years preceding the Military Coup of 1964. For such task, some pieces of news and columns taken from an evening newspaper from Rio de Janeiro A Noite were analyzed, in order to show how the press in Rio de Janeiro, through IBAD, manipulated the Brazilian public opinion in favor of North American interests.*

Keywords: IBAD. Press. A Noite. Coup of 1964. United States.

BREVE PANORAMA DO CENÁRIO DA GUERRA FRIA E OS FATORES QUE MOTIVARAM O INTERVENCIONISMO NORTE-AMERICANO NA AMÉRICA LATINA

No final dos anos 50 e início dos anos 60, em decorrência da crise política externa vivida com Cuba, declarada socialista em 1959, os governos Dwight Eisenhower e John Kennedy adotaram uma política externa mais intervencionista com relação aos demais países da América Latina.

* Recebido em: 28.03.2016. Aprovado em: 16.08.2016.

** Mestrando em História na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: pedro.magri@hotmail.com.



Pelo fato de Cuba ter se declarado socialista, os Estados Unidos passaram a investir pesado na criação de instituições e em programas de combate ao comunismo nas suas áreas de influência. Programas como a Aliança para o Progresso, criada em 1961 no governo Kennedy e instituições como a Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional (USAID), são exemplos dos inúmeros esforços norte americanos para tentar salvaguardar sua tutela sobre áreas de influência tão estimadas.

No caso brasileiro, a atuação externa norte-americana esteve representada por uma instituição específica: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Funcionando como uma espécie de órgão mediador de finanças, o IBAD era responsável por repassar o dinheiro advindo do governo dos Estados Unidos e do empresariado americano aos veículos de informação para a criação de propagandas de caráter anticomunista que seriam amplamente difundidas nos principais veículos de imprensa do Brasil.

A partir de 1953, a União Soviética, sob a liderança de Nikita Khrushchev, inicia um amplo programa de apoio econômico a diversos países da América Latina visando ampliar suas áreas de influência sobre o continente (FICO, 2008, p.23). A estratégia soviética tem êxito e consegue contagiar não somente Cuba, que se torna a “porta de entrada” para o socialismo na América, mas outros países do continente que acabam simpatizando com os ideais do gigante do leste europeu. No entanto, a difusão do socialismo na América é considerada uma ameaça em potencial às pretensões hegemônicas norte-americanas sobre o continente, fazendo com que o clima entre as duas superpotências fique cada vez mais instável.

Em virtude da represália dos Estados Unidos contra a ilha de Fidel, que adere ao socialismo em 1959, Khrushchev passa a condenar veementemente qualquer tentativa de ameaça militar a Cuba, declarando que a URSS interveria militarmente caso alguma nação desrespeitasse a decisão do país em permanecer socialista. O recado aos Estados Unidos estava dado. Até mesmo o governo Costa Rica, antes aliado norte-americano, se posicionou desfavorável a qualquer ação intervencionista que viesse a desrespeitar a política de autodeterminação cubana (FICO, 2008, p.23-4).

Mas foi a partir de 1961 que a disputa entre URSS e Estados Unidos na conturbada corrida pela hegemonia mundial teve seus capítulos mais dramáticos. A chamada “guerra fria”, nesta fase, esteve mais próxima de tornar-se uma poderosa e destrutiva guerra de alcance mundial. Episódios como os da invasão norte-americana à Baía dos Porcos, 1961, a crise dos mísseis em Cuba, 1962, e a entrada oficial dos Estados Unidos na Guerra do Vietnam, 1965, mostram como a disputa entre as duas superpotências se intensificava a ponto de tornar a corrida pelas zonas de influência mundial um combate que seria levado até as últimas consequências por ambas as nações.

Todo esse clima de instabilidade política abalou drasticamente o governo dos Estados Unidos que passaram a adotar uma mudança paradigmática com relação à política externa latino-americana. A partir deste momento o pensamento vigente na Casa Branca era evitar a qualquer custo que outra Cuba emergisse do ventre latino americano.

Não muito distante do cenário caribenho da guerra fria, a América do Sul também se tornava uma ameaça em potencial aos Estados Unidos em decorrência do surgimento de guerrilhas pró-comunistas na Venezuela, Guatemala e Peru (FICO, 2008, p.26). Diante deste fato, o governo Kennedy teve de levar até as últimas consequências os preceitos da doutrina Truman¹, redobrando ainda mais o cuidado com a região. Em resposta à possibilidade do surgimento de outras repúblicas socialistas na América do Sul, os Estados Unidos criaram um plano de incentivo econômico com características semelhantes ao que Nikita Khrushchev havia implantado em Cuba. Era o início do Plano Marshall sul-americano: a Aliança Para o Progresso.

Analisando o conturbado cenário político descrito acima, estabelecido nos anos iniciais da Guerra fria, o presente artigo visa demonstrar as formas de atuação norte-americana no Brasil com o intuito de derrubar João Goulart, tido pelos Estados Unidos como um governo de inclinação comunista, através da imprensa nacional. Para concretização de tal objetivo, analisaremos os meios de comunicação brasileiros, sobretudo periódicos que sabidamente receberam apoio financeiro norte-americano, mostrando como se deu a manipulação da opinião pública nacional em prol da difusão da ideologia de salvacionismo mundial em relação à ameaça comunista difundida pelo governo norte-americano.



FORMAS DE INTERVENCIONISMO NORTE-AMERICANO NA AMÉRICA LATINA: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Criada em 1961 no governo de John Kennedy, a Aliança Para o Progresso funcionava de forma similar ao plano Marshall de reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial. Financiada pelo governo norte americano, a Aliança para o Progresso foi um plano de incentivo econômico aos chamados países do “terceiro mundo” da América Latina (AVILLA DE MATOS, 2008, p.359).

Através da injeção de milhões de dólares na economia destes países, com o intuito de que seus respectivos governos aplicassem o dinheiro em áreas como: educação, saúde, transporte público e obras de infraestrutura que garantissem melhorias na qualidade de vida da população (SCHLESINGER, 1975), os Estados Unidos, através deste programa, aguardavam um resultado muito simples: suprimir qualquer desejo popular por abruptas mudanças; fossem elas de cunho social ou político.

Seguindo a teoria de Richard Rubottom², os problemas sociais gerados pelos baixos índices de desenvolvimento econômico dos países funcionavam como os “fomentadores das revoluções” (FICO, 2008, p.26). Se os países latino-americanos continuassem com índices pífios de desenvolvimento econômico, isso fatalmente acarretaria na intensificação de problemas sociais como: desemprego, pobreza, desigualdade social, etc. Essa série de problemas, segundo a filosofia de Rubottom, criariam condições perfeitas para que uma ideologia revolucionária de caráter socialista ganhasse terreno fértil ao se estabelecer na América Latina.

Para que a política da Aliança Para o Progresso de fato funcionasse nos países sul-americanos integrados ao programa, três metas fundamentais deveriam ser alcançadas: crescimento econômico, mudanças sociais e estruturais, e ainda, democratização política (SCHLESINGER, 1975). Todo esse investimento na América do Sul possuía, na verdade, intenção totalmente propagandista. A imagem de sucesso sustentadas pelos países que recebessem incentivos financeiros do programa serviriam como exemplos de sucesso utilizados pra promover a imagem capitalista frente à opinião mundial. Os Estados Unidos, ao contribuírem para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, mostrariam ao mundo que o verdadeiro caminho para a construção de um país forte e desenvolvido necessariamente passaria pela adoção de um regime político capitalista.

Esse tipo de propaganda, construída para promover a imagem do capitalismo, funcionava como a principal arma norte-americana na disputa contra a União Soviética pelas áreas de influência na Guerra Fria. Nesta guerra, travada muito mais no campo ideológico do que nos campos abertos onde prevaleciam os conflitos militares, os Estados Unidos souberam como ninguém usar a imagem sedutora do capitalismo para vencer essa disputa. Logo, o programa Aliança Para o Progresso se mostrou uma eficiente ferramenta de propaganda amplamente difundida na imprensa desses países subdesenvolvidos custeados pelo ajuda externa dos Estados Unidos. No entanto a Aliança Para o Progresso não foi a única estratégia adotada pelo governo norte-americano para garantir que o capitalismo na América do Sul fosse assegurado. Veremos a partir do caso brasileiro o exemplo de outra instituição que atuava com esse intuito.

IBAD: UM AGENTE DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL

Atuando como o grande mediador e articulador dos interesses norte-americanos no Brasil, o emblemático Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi criado em 1959 pelo economista e empresário Ivan Hasslocher (DREIFUSS, 1981, p.36). Alegando ser uma associação civil formada, segundo seu fundador, com o intuito de incentivar o surgimento da livre imprensa (DA SILVA, 2007, p.18), o IBAD utilizava os investimentos que conseguia atrair de diversas empresas multinacionais como: Texaco, Pfizer, Ciba, Schering, Bayer, Belgo-Mineira, AEG, Herm, Stoltz, Coty e da mineradora Hanna Minnig, para financiar propagandas de caráter anticomunista amplamente difundidas na imprensa brasileira através de programas televisivos, radiofônicos e em jornais (MOREL, 1965, p.14). O dinheiro advindo dessas multinacionais era depositado na conta da agência de propaganda *Incrementadora de Vendas Promotion*, uma empresa publicitária de pequeno porte, que por sua vez também era presidida por Hasslocher, através do Royal Bank of Canada (DUTRA, 1963, p.26).



Para muito além do que uma simples instituição que visava combater ideologicamente, através da difusão de propagandas, o comunismo no Brasil, o IBAD interferiu de tal maneira na política interna brasileira, que em 1963 foi declarada ilegal pelo presidente João Goulart após ser investigada por uma CPI que a acusou de participar ativamente de um dos maiores escândalos eleitorais da história do Brasil (DUTRA, 1963, p.26). Este episódio será explorado mais detalhadamente quando pontuarmos as formas de atuação do IBAD na política brasileira.

Até 1961 o IBAD não teve um impacto muito visível. A instituição operava de modo reservado, buscando apoio de diversas fontes para atingir seus objetivos, preparando a infraestrutura para ações futuras (DREIFUSS, 1981, p.68.); no entanto, após a renúncia de Jânio Quadros, a instituição muda sua postura, passando a agir de maneira mais significativa no cenário político nacional. A renúncia de Jânio gerou um enorme clima de instabilidade, que acabou impulsionando uma enorme crise política em todo o Brasil.

Visando solucionar o problema, uma junta militar formada pelos três ministros das forças armadas: o Almirante Sílvio Heck, o Marechal Odílio Denys e o Brigadeiro Grunn Moss nomearam o Sr. Ranieri Mazzilli à presidência do Senado. Em decorrência do partido de João Goulart, o PTB, ser considerado pela oposição como uma das siglas mais comprometidas com causas sociais devido aos vínculos estabelecidos com os partidos socialistas e comunistas de menor expressão no cenário político nacional (DA SILVA, p. 19, 2007), a possibilidade de Goulart assumir a presidência da república era considerada uma evento absolutamente incômodo. Não foram apenas os militares e alguns políticos vinculados à UDN que se mostraram insatisfeitos com essa possibilidade. Para os Estados Unidos, o cumprimento da sentença constitucional que garantia a Jango plenos direitos de posse da presidência, manteria o Brasil em um curso de aproximação com o lado soviético; tal qual Jânio Quadros demonstrava fazer em seu governo. A viagem de Goulart à China, União Soviética e outros países da “cortina de ferro” em busca de firmar acordos econômicos, representou aos Estados Unidos perigosa demonstração de aliança com o comunismo. Antes mesmo de tomar posse como presidente, a figura de João Goulart já se mostrava para os Estados Unidos tão perigosa quanto a de Jânio Quadros.

Em oposição às ações anticonstitucionais iniciadas pelos militares em Brasília e no Rio Grande do Sul, o então governador do estado, Leonel Brizola, dava início a uma ampla campanha difundida pelas rádios e jornais gaúchos a favor da posse do vice-presidente. Pregando discursos moralistas que visavam desestruturar o movimento dos militares antijanguistas, Brizola reunia apoio político em prol de sua causa, porém o clima de guerra pairava no ar. A junta militar, visando suprimir a oposição, ordenava, sob a ameaça de prisão pelas tropas do governo, que Brizola abandonasse imediatamente o movimento. Indignado com a ordem, Brizola se fechou no palácio do Piratini, sede do governo gaúcho, onde apoiado pela população armada, resistia incessantemente à ordem do governo. A essa altura o III comando, liderado pelo general Lopez Machado, tendo ordens diretas do governo para atacar Brizola no Palácio Piratini, adere ao movimento pela legalidade. Assim como Lopez Machado o governador do estado de Goiás, o Sr. Mauro Borges Teixeira, também aderiu ao movimento que a cada dia ganhava cada vez mais adeptos.

Diante da perda de prestígio que a junta militar vinha sofrendo frente à opinião pública brasileira, os militares finalmente desistem de se opor a Goulart. Assim, no dia 2 de setembro de 1961, com a anuência dos militares, Tancredo Neves assina a emenda constitucional alterando o regime político brasileiro para o parlamentarismo. Era o fim do impasse político. João Goulart assumiria a presidência, mas seus poderes políticos ficariam restritos ao parlamento.

Foi durante os episódios narrados acima que o IBAD mudou completamente sua postura com relação ao Brasil. A campanha pela legalidade foi o divisor de águas deste processo, fazendo com que o IBAD passasse a atuar de forma decisiva na política interna do país.

Colocando diversos veículos de informação a seu serviço e manipulando a imprensa brasileira, a partir do tópico abaixo analisaremos o processo de formalização da estrutura de atuação do IBAD na imprensa carioca. Para isso, analisaremos através das reportagens de um dos maiores e mais renomados jornais do Rio de Janeiro: o vespertino *A Noite*, como o jornal, primeiramente favorável à posse de João Goulart e desfavorável a Carlos Lacerda (UDN) e a junta dos ministros militares contrários à posse



do vice-presidente, teve suas posições políticas compradas por essa Instituição. Antes de adentrarmos profundamente nessa análise, farei um breve resumo da trajetória do periódico na imprensa carioca.

A TRAJETÓRIA DO JORNAL *A NOITE* NOS PRINCIPAIS EVENTOS POLÍTICOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Fundado no dia 18 de julho de 1911 pelo jornalista Irineu Marinho, o vespertino *A Noite* foi um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro. Antes funcionário da *Gazeta de Notícias*, onde ocupava o cargo de secretário geral, Marinho abandonara seu emprego na *Gazeta*, e acompanhado de mais treze colegas de profissão instalara um novo periódico no sobrado nº 14 do Largo do Carioca (BIAL *et al.*, 2013). Era o início de *A Noite*. Logo no começo o periódico se difundiu rapidamente entre as classes populares cariocas devido aos preços mais acessíveis que possuía em relação aos seus demais concorrentes.

Durante seus cinquenta e dois anos de existência o *A Noite* teve diversas fases, das quais passou pelas mãos de diversos proprietários. Conhecido como um jornal dotado de certa parcialidade para os assuntos políticos, o *A Noite* emitia abertamente sua opinião a respeito de temas relacionados à política nacional, seja apoiando abertamente candidatos, como Júlio Prestes nas eleições presidenciais de 1930, seja fazendo oposição ao governo, casos de Hermes da Fonseca (1910-1914) e Getúlio Vargas no seu primeiro governo (1930-1945) (BIAL *et al.*, 2013).

A postura aberta do jornal com relação às temáticas políticas só mudaria após a troca de seus proprietários e de sua direção com a entrada do governo Vargas. Por conta da forte oposição à campanha de Getúlio nas eleições de 1930, após a deposição de Washington Luiz e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o jornal *A Noite*, naquela ocasião situado na Praça Mauá, teve sua sede incendiada. O episódio fez com que Geraldo Rocha, seu dono, fosse obrigado a vender o periódico a um grupo estrangeiro liderado pelo empresário brasileiro Guilherme Guinle (BIAL *et al.*, 2013).

Ainda sofrendo com graves problemas financeiros, em decorrência das censuras do governo Vargas, o jornal se via cada vez mais emergido em perda de prestígio. Não conseguindo financiamento para a criação de grandes matérias, os anos 50 representaram para o periódico os piores anos de sua existência. Com as recorrentes crises financeiras o *A Noite* teve que fechar suas portas por algumas edições em 1957. No entanto, em 1959 a situação começa a mudar quando o *A Noite* passa seus direitos à Empresa Jornalística Castellar, que permanece até o fim da existência do periódico. Sob a direção de Celso Kelly, que assume a redação do jornal, o *A Noite* volta a fazer sucesso, recuperando o prestígio adquirido nos seus anos áureos (BIAL *et al.*, 2013).

Nos anos 60, dois diretores tornam-se relevantes por estarem no comando do jornal em dois momentos polêmicos e importantes na história do periódico: a Campanha Pela Legalidade e as conturbadas eleições de 1962, focos centrais de análise deste artigo. São eles o e ex-deputado federal pela UDN, Mário Martins, e o jornalista Antônio Vieira de Mello.

A RELAÇÃO DO *A NOITE* NA POLÍTICA BRASILEIRA

Sob a responsabilidade de Mário Martins, que assume como diretor e editor chefe da redação em janeiro de 1961, o periódico cobriu integralmente a crise política gerada pela renúncia de Jânio Quadros, a Campanha Pela Legalidade e a fase inicial do governo João Goulart. Em suas colunas diárias, Martins se manifestava como porta voz oficial da opinião do jornal a respeito dos acontecimentos relacionados ao cenário nacional e internacional, sempre procurando emitir sua opinião a respeito dos acontecimentos mais relevantes da política interna brasileira.

Amplamente favorável à Campanha Pela Legalidade iniciada por Leonel Brizola, o *A Noite*, sob o comando de Mário Martins, fez questão de mostrar todo o seu descontentamento contra o movimento anti-João Goulart promovido pela tríade dos militares composta pelos ministros: Grunns, Heck e Denys. Segundo o *A Noite*, na edição do dia 28 de agosto de 1961, através da coluna de Mario Martin intitulada *Contra a constituição, Não!* fica evidente o posicionamento favorável do periódico quanto à lei constitucional que garante a nomeação imediata de Jango à posse da presidência. Embora



Martins reconheça sua antipatia por Goulart desde os tempos em que este era ministro do trabalho de Vargas, este considera a atitude dos militares em tentar impedir sua posse um ato antidemocrático que atestava contra a soberania popular. Segundo a coluna:

Este jornal, sob minha responsabilidade, tem tido uma posição de independência política. Pessoalmente, porém, sempre fui adversário intransigente do Sr. João Goulart. Nunca ele teria meu voto, nunca minhas críticas lhe foram poupadas. Nem por isso, entretanto, posso negar-lhe o direito que a República lhe deu pelo sufrágio popular e pela letra da constituição [...] É preferível um Brasil inquieto, com o Sr. João Goulart na presidência, obrigando-nos às vigílias indormidas, do que um Brasil sem lei, fingindo de legal, onde todos nós receberemos ordens para rressonar (A Noite 28/06/61).

Assim como o A Noite, diversos outros órgãos da imprensa nacional foram amplamente favoráveis ao movimento pela legalidade. Apesar da grande adesão popular que a campanha adquiria, no Rio de Janeiro era notória a divergência de opiniões entre os órgãos da imprensa carioca quanto à adesão ao movimento de Brizola. Diante desse clima conflituoso, um gigante entre os veículos da imprensa carioca mostrou-se absolutamente contrário à restituição de João Goulart à presidência: o conhecido vespertino Tribuna da Imprensa, propriedade do governador do Estado da Guanabara, naquela ocasião, o Sr. Carlos Lacerda.

Por se opor ideologicamente ao posicionamento político de Tribuna da Imprensa em relação ao impasse constitucional que assolava o Brasil, o A Noite tem sua edição do dia 28 de agosto de 1961 censurada por pelo governo da Guanabara. O jornal tem de retirar desta edição o montante de quatro páginas que falavam a respeito da Campanha Pela Legalidade. O episódio foi contado por Mário Martins no dia posterior à censura através da coluna Censura ao A Noite:

A 1 hora e trinta minutos da noite de ontem, compareceu à nossa redação um major do exército. Levando à presença do nosso diretor, declarou que fôra incumbido de censurar previamente esse jornal. Solicitadas suas credenciais, para o exercício de tais funções inconstitucionais, respondeu que não era portador de qualquer ofício, mas agia em nome do governo do Estado da Guanabara, representado, no caso pelo Sr. Ascendino Leite, chefe do Serviço de Censura das Diversões Públicas. [...] Ao Sr. Ascendino Leite, pelo telefone, manifestamos nossa estranheza, tanto pela arbitrariedade determinada pelo governador Carlos Lacerda, como pela maneira que ela se desenvolvia (A Noite 29/08/61).

Após a conversa pelo telefone com Ascendino Leite, Martins afirma que a ordem de censura ao A Noite foi expedida a pedido do Conselho Nacional de Segurança, que por sua vez afirmou a Martins, em uma conversa por telefone, que a censura foi imposta apenas com o intuito de “averiguar” o teor de veracidade das matérias publicada pelo jornal sobre a crise política gerada após a renúncia de Jânio. O mais intrigante neste caso, foi que o Departamento de Censura das Diversões Públicas não aplicou nenhum tipo de censura ao Tribuna da Imprensa e ao O Globo para “averiguar” o conteúdo de suas reportagens publicadas sobre a “Campanha Pela Legalidade” e da crise política. Contudo, o A Noite, que teve censuradas as edições dos dias 29, 30 e 31, não foi o único periódico a sofrer embargo pelo governo da Guanabara. O Última Hora e o Correio da Manhã também tiveram suas redações interdidas.

Em decorrência da censura imposta ao A Noite e aos outros jornais do Rio de Janeiro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi montada visando à cassação do mandato de Carlos Lacerda. Os precursores da CPI, os deputados Lutero Vargas, Saldanha Coelho, Roland Cabisier, Valdemar Viana e Paulo Alberto, tentaram pautar suas acusações baseando-se nos argumentos de que Lacerda estaria violando direitos constitucionais inalienáveis que garantiam a liberdade de expressão a qualquer veículo de imprensa. Caso a CPI obtivesse sucesso ao convencer os parlamentares na assembleia, a ordem de “impeachment” contra Lacerda poderia ser aprovada.

O ato de censura ao A Noite e aos demais jornais do Rio de Janeiro foi suspenso no dia 31 de agosto, quando o tribunal do estado decretou ilegal a ordem de censura expedida por Carlos Lacerda. Mesmo prejudicada pela censura, a Campanha Pela Legalidade se mostrou um verdadeiro sucesso



na Guanabara. Em uma enquete feita pelo IBOPE, divulgada no dia 2 de setembro de 1961, onde o Instituto questionava a população do estado se Jango deveria ou não ser o presidente da república, o resultado mostrou que 91% da população eram favoráveis à posse do vice-presidente. Com sucesso absoluto da campanha, tanto no Rio de Janeiro como em todo o Brasil, o movimento dos militares contrário a Jango já não tinha como se sustentar.

No dia 2 de setembro de 1961, após um decreto assinado por Tancredo Neves, mudando o regime político brasileiro para o parlamentarismo, João Goulart, finalmente, se garante na presidência da República.

Segundo consta em *A Noite*, a vitória de Jango representava ao Brasil muito mais do que a vitória contra o movimento ilícito protagonizado pelos militares. Ela representava ao povo brasileiro a maturidade política que tanto almejava. Segundo o *A Noite*, a vitória de Jango seria o “triunfo da maturidade democrática”. Como relata em sua coluna do dia 4 de setembro, intitulada *A Insurreição das Consciências*:

Após dez dias que abalaram o país, tudo indica que venceu a lei. Foi inegavelmente o triunfo da maturidade democrática, explodindo num vigoroso movimento de consciência nacional, a exigir o cumprimento da constituição, o respeito ao voto popular. [...] O povo sabe que não serão fáceis os dias vindouros. Sabe que não vivemos horas de festejos. Mas, tem por consolo, entretanto, a certeza de que, doravante, ninguém, ninguém mesmo, pode vir a pensar em dominar o Brasil pela empulhação astuta ou pela imposição arbitrária (*A Noite*, 04/09/61).

Mesmo com o fim do mandato de censura e da crise política, o *A Noite* ainda se mantinha como um implacável perseguidor da figura política e do governo de Carlos Lacerda. Nas edições que se seguiram à posse de Goulart, o *A Noite* passou a trazer entre suas reportagens atualizações diárias sobre a CPI que poderia caçar o mandato do governador da Guanabara. Em uma dessas reportagens publicadas pelo jornal com a intenção de pressionar o governo a renunciar a seu cargo, o *A Noite* se questiona se este teria forças para reverter o peso negativo que sua imagem adquiriu depois que o escândalo de censura à imprensa carioca veio a público. Vejamos o que foi dito na reportagem *Lacerda Entre a Renúncia e o Impeachment* publicada em *A Noite*:

Será possível provar que não houve prisões, não houve censura aos órgãos de divulgação, que não houve apreensão das edições de jornais, que não houve ocupação das redações, que, finalmente, tudo isso foi um pesadelo da população carioca? É claro que não. [...] Provar que nada disso aconteceu é impossível, dada a repercussão que esses tristes fatos alcançaram não só em todo o país, como no estrangeiro. Aguardemos as explicações do governador Lacerda (*A Noite* 09/11/1961).

Ao exigir de Lacerda explicações sobre o caso de censura, o *A Noite* procurava pressionar o governador frente à população carioca que diariamente acompanhava o jornal. Sugerindo um clima de obscuridade por traz trás de todo o controverso governo de Lacerda, o *A Noite* tentava, aos poucos, construir uma imagem despótica e autoritária do governador frente à opinião pública.

Se em algumas edições o jornal utilizava um discurso explicitamente contrário a Lacerda, como em uma das colunas de Mário Martins da qual o jornalista afirma que Lacerda já não possui a mesma postura que costumava ter em tempos de outrora, quando em sua época de jornalista mostrava ser um defensor declarado da democracia e da liberdade de expressão, em outras, os ataques ao governador são mascarados por um discurso absolutamente irônico, como nesta coluna publicada em *A Noite* no dia 13 de setembro de 1961, intitulada *Nem só de Toucinho Vive o Homem*.

Ao Carlos, evidentemente, não se pode aplicar a receita recomendada pelo pai. Dizia Maurício, referindo-se a política Brasileira:

– Quando um político não quer largar o cargo, segurando-se nele com unhas e dentes, a solução está no toucinho:

E explicava:

– É como fazem lá em Vassouras, quando dá berne no gado. A força o bicho não larga. Não adianta desinfetar, cutucar, espremer, pinçar. Então o caboclo põe um pedaço de toucinho sobre a carne



ferida do animal. Como o toucinho é mais macio que a carne, a bicharada vai deixando o corpo e se instalando no naco de gordura. Depois é só jogar fora o toucinho.

Justiça se faça. O Carlos não anda atrás de toucinho. Ele está como a Maria Dobradiça da Porta Baixa: 'não sabe se vai ou se fica, se fica ou se vai, se vai ou se fica'. E por essas ironias do destino, socorre-se à filosofia de Vargas: 'deixando ficar como está para ver como fica' (*A Noite*, 13/09/61).

A coluna retratada mostra a indecisão de Lacerda em relação a seu futuro na Guanabara, se renuncia ou não ao cargo de governador. Segundo retrata o *A Noite*, a omissão de Lacerda faz parte de uma evidente estratégia tramada por ele com o intuito de fazer com que o povo se esqueça dos episódios em que seu nome esteve envolvido nos escândalos de censura. Seu nome é comparado ao de Vargas porque, segundo o periódico, ambos se fizeram valer das mesmas artimanhas políticas para "limpar" seus respectivos nomes na mídia, em decorrência da impopularidade que enfrentavam.

No entanto, mesmo com toda a pressão feita pelo *A Noite* e os demais jornais censurados no Rio, a CPI acaba por não conseguir reunir provas suficientes para impor uma punição veemente ao governador. Até mesmo a S.I.P.³, que se auto afirmava uma instituição responsável por garantir a permanência da livre imprensa e da liberdade de expressão nos países democráticos, como escreve *A Noite* em uma reportagem especial intitulada S.I.P. Decide lavar as mãos para o caso de censura à imprensa Guanabara, desiste do caso. Segundo consta na reportagem:

A Sociedade Interamericana de Imprensa deu por encerrado o protesto apresentado ante a organização de, Sr. Paulo Silveira, do 'Última Hora', e outros jornais cariocas protestando contra a censura do governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, ante os últimos acontecimentos no Brasil (*A Noite*, 18/10/61).

Em nota oficial emitida pela S.I.P., a instituição afirmou que não se manifestou na data dos acontecimentos em decorrência do não recebimento de algum documento que os comunicasse sobre os fatos. Segundo a S.I.P., o relatório enviado por Paulo Silveira sobre a queixa dos jornais cariocas só chegou ao seu conhecimento no dia 18 de setembro, portanto, muito tempo depois que o tribunal federal já havia declarado ilegal a ordem de censura expedida por Lacerda. No exato dia 18, o Comitê Executivo da S.I.P. pediu a seu presidente, John Reitemeyer, que fizesse um comunicado oficial em nome da instituição dando um parecer final sobre os eventos ocorridos na Guanabara. Segundo o comunicado de Reitemeyer:

Sustentamos categoricamente que um conceito de imprensa livre requer que todas as camadas tenham liberdade dentro da Constituição das Leis para publicar e circular, para ter acesso as fontes de informação, para comprar todo o equipamento, maquinarias e materiais necessários para se publicar sem temor de um represália arbitrária por parte do governo ou daqueles que atuam pelo governo.

Porém a liberdade deve marchar junto com a responsabilidade. Não há lugar em uma imprensa responsável para comentários irresponsáveis e para a malícia repreensível.

Apraz-nos repetir aqui uma breve passagem de algumas das declarações formuladas por James Stahiman, ex-presidente desta Associação:

'Temos liberdade no país contra as leis sobre o libelo, a obscenidade, a calúnia e a traição- declarou- mas não temos o privilégio de falar com licença desenfreada, nem podemos abusar da palavra impressa, e devo pedir que como jornalistas responsáveis aceitemos com estes direitos as mesmas responsabilidades que estes mesmos direitos nos impõe em nossa qualidade de jornalistas livres' (*A Noite*, 18/10/61).

Embora não afirme veementemente que a censura à imprensa carioca foi uma atitude correta por parte do governo da Guanabara, a S.I.P., através da declaração de seu presidente, deixa transparecer sua compreensão em relação à atitude de Carlos Lacerda, que por sua vez afirmou ter feito isso para evitar uma espécie de guerra civil. Podemos deduzir a partir dessa declaração que para a S.I.P., os jornais censurados pelo governo da Guanabara estariam agindo de maneira irresponsável ao abusar do seu direito de "imprensa livre" ao publicar matérias que tratavam a respeito da crise política bra-



sileira vivida após a renúncia de Jânio Quadros, de forma a incitar um clima de tumulto e desordem no Brasil. É muito provável que a própria S.I.P. não tenha obtido acesso a esse material censurado para chegar a tal conclusão, uma vez que este foi confiscado pelo governo. É provável também que jamais saibamos se os relatórios enviados à S.I.P. por Paulo Silvério, de fato, nunca chegaram ao escritório da Sociedade Interamericana de Imprensa em Nova York. No entanto, em meio a esse dilema, podemos, no momento, apenas levantar novas perguntas para o episódio: por que uma instituição criada com o propósito de garantir a permanência de uma imprensa livre e democrática agiu de forma tão intransigente frente ao claro episódio de censura na Guanabara?

AS ELEIÇÕES DE 1962: A MUDANÇA DE POSTURA DO A NOITE

Assim como a S.I.P. o fez, o A Noite nos meses próximo que antecederam as eleições de 1962 deixou de lado tanto a abordagem do caso da CPI de Carlos Lacerda, que já se arrastava por quase 1 ano, quanto as críticas ao governo do próprio. Curiosamente, o A Noite, que em suas colunas diárias afirmava ser um jornal dotado de uma postura de “independência política”, caíra em contradição ao apoiar alguns candidatos do PSD e UDN para os cargos de deputado e governador para as eleições correntes. Alguns nomes, como os de Gilberto Marinho (PSD) e Juraci Magalhães (UDN), candidatos ao senado; Edmundo de Macedo Soares (PSD) (ABREU, 2014) candidato ao governo do Rio e Janeiro; Lopo Coelho, candidato a vice-governador do Rio de Janeiro e, curiosamente, Carlos Lacerda (UDN), candidato à reeleição para governador da Guanabara, além de outros tantos candidatos a deputados federais e estaduais que têm seus nomes diariamente expostos nas principais páginas do periódico, onde seus respectivos nomes estiveram presentes em reportagens de destaque feitas pelo jornal.

Algumas manchetes chamam a atenção pelo teor de imparcialidade que apresentam. Nitidamente escritas com o intuito de fazer campanha favorável aos candidatos mencionados acima, vemos nesta manchete intitulada: Juraci Continua Conquistando a Cidade, como o A Noite utilizava sua influência midiática para induzir eleitores a elegerem os candidatos patrocinados por sua bancada. Segundo a reportagem:

Foi intenso o dia de ontem do Sr. Juraci Magalhães, prosseguindo em sua campanha eleitoral como candidato, udenista ao Senado. No comício em que esteve, na Praça 24 de Outubro, voltou a advertir o povo sobre os perigos do comunismo, tema que tem sido uma constante em seus pronunciamentos [...] Um dos maiores incentivos à candidatura de Juraci Magalhães, é sem dúvida, o apoio que lhe dá o governador Carlos Lacerda. Vale, portanto, recordar palavras do grande líder brasileiro, numa interessante conjectura, como segue:
– Juraci Magalhães saberá representar, à altura, a Guanabara no Senado – diz Lacerda – porque sua voz é respeitada³⁶ (*A Noite*, 29/09/62).

Dentre os candidatos apoiados pelo *A Noite*, o nome que mais nos chama a atenção, sem dúvida, é o de Carlos Lacerda. Parte agora dos aliados do jornal, Lacerda é frequentemente mencionado como um homem idôneo e uma vítima das acusações imputadas contra ele durante a CPI de 1961. Em diversas matérias que ocupam as primeiras páginas do periódico, o *A Noite* conta com exaltação os feitos de seu governo como: inauguração de novas linhas de ônibus elétricos, obras cívicas, e outros.

Dentre as inúmeras matérias de caráter enaltecedor da imagem de Lacerda, a do dia 5 de outubro, dois dias antes das eleições, nos chama a atenção. Nesta reportagem concedida por Aliomar de Bastos, candidato da UDN ao Senado Nacional, intitulada *Forças Democráticas Vencerão na GB*, o A Noite traz em destaque os grandes feitos Lacerda e o que seu atual governo representou para a Guanabara.

As eleições de domingo apresentam para o eleitor carioca uma decisão profundamente complexa, pois têm de partir de um problema local, da Guanabara, e a solução que o governador Carlos Lacerda lhe vêm dando com uma notável massa de obras materiais e um arrojado plano de educação em todos os graus. Por outro lado, queiram ou não, o Governo Carlos Lacerda abriu um capítulo de probidade, numa administração que, salvo honrosas exceções, era marcada por abusos de toda natureza, desde o nepotismo até a corrupção mais calva (*A Noite*, 05/10/62).



Essa nova postura do *A Noite* com relação a Carlos Lacerda nos causa, certo estranhamento em vista das divergências que ambas as partes tiveram no passado. O episódio de censura que tanto despertou no *A Noite* um súbito desejo de vingança contra Lacerda, parece ter sido superado. Quanto a CPI, esta deixa de ser explorada pelo jornal, fazendo com que o caso caia no esquecimento. De todo modo, essa mudança postural aguça a curiosidade para buscarmos respostas que justifiquem essa cumplicidade tão repentina entre o jornal e Carlos Lacerda. Diante deste fato, surgem para nós duas perguntas. Primeira: por que *A Noite*, que havia se tornado o maior adversário do governador por conta da censura que sofreu, apoiaria sua reeleição em 1962? Segunda: por que Carlos Lacerda censurou indiscriminadamente os jornais cariocas favoráveis à posse de João Goulart no ano de 1961?

As respostas para essas perguntas podem ser pensadas a partir de duas declarações. Primeiro, a partir das declarações que Lincoln Gordon fez à revista *Veja* no dia 9 de março de 1977. Nessa polêmica entrevista do ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre os anos 1961 e 1966, o mesmo afirmou que para as eleições de 1962 diversas empresas multinacionais norte-americanas em conjunto com a embaixada dos Estados Unidos contribuíram com a quantia que iria de “1 a 5 milhões de dólares para as campanhas dos candidatos adversários ao governo João Goulart e de seu indefinido programa de reformas de base” (GORDON, 1977, p. 3-6). Segundo Gordon, parte desse dinheiro foi distribuída diretamente aos candidatos do PSD e da UDN através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD (GORDON 1977, p. 3-6).

O discurso de Gordon confere perfeitamente com algumas acusações levantadas pela CPI que investigou o IBAD em 1963. Segundo informações dadas pelos compositores desta CPI, o ex-deputado federal e vice-governador da Guanabara, Eloy Dutra, os deputados Ulysses Guimarães (presidente da CPI) e Pedro Aleixo (relator), à ADEP⁴, para financiar alguns candidatos nas eleições de 1962, se fez valer da mesma estratégia utilizada pelo IBAD para arrecadar fundos; ou seja, de doações feitas por empresários norte-americanos e brasileiros, que depositavam o dinheiro na conta da Incrementadoras de Vendas Promotion, através do Royal Bank of Canadá. Por meio dessas doações, a ADEP conseguiu mobilizar a quantia de 2 bilhões e 440 milhões de cruzeiros para bancar todo o material de campanha dos 600 candidatos a deputado estadual, 250 a deputado federal e dois candidatos a governador (João Cléofas no Pernambuco e Carlos Lacerda na Guanabara) (DUTRA, 1963, p.27).

Para a escolha desses candidatos, não eram levadas em consideração suas respectivas filiações partidárias, mas sim a “orientação ideológica” de cada um deles. (DUTRA, 1963, p.15) Para se filiarem ao IBAD, estes deveriam ter aspirações anticomunistas e não possuir qualquer restrição à aplicação de capital estrangeiro ou à presença de empresas multinacionais no Brasil. Todos esses esforços do IBAD e da ADEP para organizarem essa bancada, segundo consta no depoimento de Carlos Cairoli, depoente na CPI do IBAD, possuíam um objetivo muito claro: “A tomada do poder em curto prazo. Em escala crescente, apresenta um planejamento inicial de eleger uma poderosa bancada na Câmara dos Deputados, que de acordo com o Ato Adicional nº4, controla realmente a direção do país” (CAIROLI, 1963).

Contudo, para garantir o sucesso deste objetivo, era imprescindível que a maioria dos candidatos ibadianos vencesse as eleições de 1962. Porque, caso o IBAD conseguisse uma boa margem de candidatos vitoriosos, isso fatalmente restringiria o poder político de Goulart, por conta da diminuição de seus aliados no congresso. Logo, o caminho estaria livre para que os interesses norte-americanos no Brasil fossem resguardados.

No entanto, o sucesso nas eleições de 1962 dependia, e muito, do apoio incondicional dos principais veículos da imprensa brasileira a esses candidatos. Em termos de manipulação da imprensa o IBAD investiu pesado. Como Eloy Dutra havia afirmado, somente no pleito de 62 estima-se que a instituição tenha gasto aproximadamente 2 bilhões e 440 milhões de cruzeiros (DUTRA, 1963, p. 27). Essa informação nos dá o elemento chave para compreendermos o porquê da mudança tão repentina do *A Noite* em relação ao seu apoio a Carlos Lacerda.

A ADEP investiu cerca de 5 milhões de cruzeiros para alugar, por 90 dias, a opinião política do jornal nos meses que antecederam as eleições de 62 (DUTRA, p.14, 1963). Através das citações extraídas do periódico, analisadas anteriormente, pudemos constatar que o *A Noite* realmente ofereceu seu incondicional apoio à reeleição do governador Lacerda. Diante desse fato, aqui se confirma



a suspeita que já era levantada há muito tempo pelos compositores da CPI que investigou o IBAD: Carlos Lacerda, sem dúvidas, estava de fato na lista dos políticos financiados pela instituição, agindo diretamente como um funcionário de suas ações no Brasil.

Com esse dinheiro advindo do IBAD e repassado pela ADEP, o *A Noite* ficaria incumbido também de construir um discurso favorável que promovesse a campanha dos diversos outros candidatos indicados pelo IBAD. Portanto, como o nome de Carlos Lacerda aparecia na lista de beneficiados da instituição, o *A Noite* não hesitou em se corromper ao mudar prontamente sua opinião a respeito da imagem política do governador.

Através dessas constatações que colocam como aliados Carlos Lacerda e o IBAD, podemos enfim, criar argumentos plausíveis que sugerem uma resposta para a segunda questão anteriormente colocada sobre os motivos que levaram Lacerda a censurar os jornais da Guanabara. Carlos Lacerda não teve dificuldades para se filiar ao IBAD, haja vista que sua postura política, anticomunista e antijanguista, correspondiam perfeitamente à ideologia da instituição. Sua primeira participação como funcionário do IBAD foi em 1961, na ocasião de sua oposição à posse de João Goulart à presidência da república. Goulart, como vimos, foi considerado pelos Estados Unidos uma grande ameaça à democracia na América do Sul, em vista as tendências comunistas apresentadas por ele e seu partido. Logo, diante do constante crescimento da adesão popular ao movimento Campanha Pela Legalidade, Lacerda teve que utilizar toda a influência política que seu cargo de governador lhe conferia, para tentar, de alguma forma, suprimir o movimento pró-Goulart que ganhava força em seu Estado. A alternativa encontrada por ele foi expedir o mandato de censura aos veículos de imprensa que ousassem fazer campanha favorável à posse de Jango.

No entanto, a estratégia de Lacerda acabou não dando certo. Nem ele nem o IBAD conseguiram evitar que Goulart assumisse a presidência em setembro de 1961. Assim como o movimento contrário a campanha pela Legalidade, as eleições de 1962 também resultaram em um enorme fracasso para o IBAD. Seu principal objetivo de controlar uma grande bancada no congresso foi frustrado porque os candidatos financiados pela instituição não conseguiram alterar significativamente o equilíbrio entre direita e esquerda no congresso (GORDON, p.38, 2002).

Por fim, a frustração com as eleições de 1962, minou as possibilidades para que o golpe político interno por parte Estados Unidos no Brasil se concretizasse. Diante desse fracasso, os Estados Unidos partiram para uma ação mais ofensiva, apoiando militar e financeiramente o golpe de 1964. Esse episódio final resultou em verdadeiro sucesso, fazendo com que o Brasil mergulhasse em uma despótica e cruel ditadura militar que perdurou por 21 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos acontecimentos do cenário político nacional retratados pelo *A Noite* entre 1961 e 1962, pudemos perceber como a postura política do periódico esteve diretamente vinculada aos interesses de instituições norte-americanas instaladas no Brasil neste período.

Vimos como os Estados Unidos, por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), montou um forte esquema de manipulação política e midiática agindo de forma a justificar sua intenção de afastar “o vírus comunista” que ameaçava se instalar no Brasil e nos demais países da América Latina. A partir desta imensa rede de contatos que envolveram políticos e empresários nacionais e estrangeiros, O IBAD garantiu que os interesses econômicos norte-americanos na América Latina fossem assegurados.

Por fim, quanto ao caso do escândalo de corrupção que envolveu o *A Noite*, podemos concluir que o jornal, ao deixar-se manipular, tornou-se um agente a serviço dos Estados Unidos na política interna Brasileira. Sabiamente, o serviço de inteligência ibadiano tinha conhecimento do eficiente papel da imprensa quanto a sua função que ia muito além da simples tarefa de narrar os acontecimentos históricos que presencia. O IBAD tentou se utilizar da capacidade da imprensa em atuar como um “ingrediente dos processos sociais” que dá forma aos acontecimentos que narra (DARNTON; ROCHE, p.1, 1989), para induzir a opinião pública da Guanabara a apoiar os candidatos indicados pelo IBAD.



No entanto, isso acabou não dando certo, pois, como vimos, as eleições de 1962 não conseguiram colocar no congresso uma quantidade significativa de políticos apoiados pela referida instituição. Contudo, em 1964, O IABD finalmente conseguiu concluir com perfeição o objetivo de depor João Goulart. Desta vez a função que o IBAD queria obter da imprensa dá resultado, isto é, a instituição consegue fazer com que a maioria da população brasileira fique contra João Goulart e favorável à “revolução”. No entanto, esse é um tema que merece uma atenção especial e que requer um estudo específico e mais profundo.

Notas

- 1 Expressão criada durante o governo do presidente norte-americano Harry Truman (1945-1953). Tal doutrina designava um conjunto de medidas políticas e econômicas que visavam conter a “ameaça” comunista atribuindo aos EUA o compromisso de “defender” o mundo dos soviéticos.
- 2 Diplomata norte-americano que entre os anos de 1957 e 1960 exerceu o cargo de secretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos.
- 3 A Sociedade Interamericana de Imprensa funcionava através de uma parceria feita entre os donos de grupos midiáticos da América Latina. Unindo-se a esses gigantes grupos, a S.I.P. foi responsável inúmeras campanhas midiáticas que atacaram governos democráticos na América Latina a pedido da CIA.
- 4 Ação Democrática Popular. Agência responsável pelo levantamento e repasse financeiro de todo o esquema.

REFERÊNCIAS

AVILA DE MATOS, Eloísa Ap. Silva. *O Programa Aliança Para o Progresso: O Discurso Civilizador Na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná– Brasil*. Buenos Aires, 2008.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução Imprensa: A Imprensa na França 1775-1800*. New York Public Library, Astor and Tilden Foundation. New York, 1989.

DA SILVA, João Carlos Ferreira. *Assaltos ao Parlamento: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

DREIFUSS, René. *1964 A Conquista do Estado*. Editora Vozes. 3ed. Petrópolis, 1981.

DUTRA, Eloy. *IBAD- Sigla da Corrupção*. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1963.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão. Da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2002. In: DA SILVA, João Carlos Ferreira. *Assaltos ao Parlamento: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

GORDON Lincoln. *Castelo Perdeu a Batalha*. Veja, São Paulo, n. 444, p. 3-8, 9 mar. 1977. Entrevista concedida a Roberto Garcia.

MOREL, Edmar. *O Golpe Começou em Washington*. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1965.

SCHLESINGER. *The Alliance for Progress: A Retrospective*. In: HELLMAN, R. G. &

ROSENBAUM, H. J. (eds.). *Latin America: The Search for a New International Role*. New York: J. Wiley. 1975. In: AVILA DE MATOS, Eloísa Ap. Silva. *O Programa Aliança Para o Progresso: O Discurso Civilizador Na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná– Brasil*. Buenos Aires, 2008.

ABREU, Alzira Alves de. SOARES, Edmundo Macedo. FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 06, set, 2014.

